

A expansão do livro didático na educação infantil: impactos, desafios e reflexões

The expansion of textbooks in early childhood education: impacts, challenges and reflections

Glauciaglivian Erbs da Costa Fagundes^{1*}; Maria Simone Muniz²; Valéria Silva Ferreira³

^{1*} (autor correspondente) ,Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI): Itajaí – SC, Brasil, 88302-901, glauciaglivian.erbs@gmail.com; <https://orcid.org/0009-0000-5654358X>; ² Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI): Itajaí – SC, Brasil, 88302-901, msimuniz1@gmail.com ; <https://orcid.org/0009-0008-6193-8138>; ³ Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI): Itajaí – SC, Brasil, 88302-901, v.ferreira@univali.br ; <https://orcid.org/0000-0002-3990-7182>

Resumo

O artigo investiga a crescente presença dos livros didáticos na educação infantil brasileira, evidenciando como políticas públicas e interesses econômicos têm moldado esse cenário. A partir de uma pesquisa qualitativa baseada em fontes bibliográficas, o estudo traça um panorama histórico, cultural e político da produção e comercialização desses materiais, revelando a influência de organismos internacionais, como o Banco Mundial, na formulação de diretrizes educacionais. A análise aponta para um processo de mercantilização da primeira infância, em que o acesso ao conhecimento é mediado por interesses editoriais e econômicos. Destaca-se o papel do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que, em articulação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promove uma padronização do currículo na educação infantil. Essa uniformização, embora apresentada como avanço na qualidade da educação, é criticada por limitar a autonomia pedagógica e o desenvolvimento integral das crianças, ao privilegiar abordagens tecnicistas e alinhadas a interesses ideológicos. O artigo convida à reflexão sobre os impactos dessas políticas na formação das crianças e no papel da escola da infância, como espaço de disseminação e produção de cultura, que respeite a diversidade, a ludicidade e as especificidades do desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: livro didático, interesse econômico, educação infantil.

Abstract

The article investigates the growing presence of textbooks in Brazilian early childhood education, highlighting how public policies and economic interests have shaped this scenario. Based on qualitative research using bibliographic sources, the study provides a historical,

cultural, and political overview of the production and commercialization of these materials, revealing the influence of international organizations, such as the World Bank, in the formulation of educational guidelines. The analysis points to a process of commodification of early childhood, in which access to knowledge is mediated by editorial and economic interests. The role of the National Textbook Program (PNLD) stands out, which, in conjunction with the National Common Core Curriculum (BNCC), promotes a standardization of the curriculum in early childhood education. This standardization, although presented as an advance in the quality of education, is criticized for limiting pedagogical autonomy and the integral development of children by privileging technical approaches aligned with ideological interests. The article invites reflection on the impacts of these policies on children's education and on the role of early childhood education as a space for the dissemination and production of culture that respects diversity, playfulness, and the specificities of child development.

Keywords: textbook, economic interest, early childhood education.

1. Introdução

O mercado de livros didáticos de educação infantil no Brasil parte de precedentes históricos e desafios políticos atuais. A influência das políticas neoliberais na educação levanta preocupações sobre a comercialização de recursos educacionais e o impacto potencial na equidade educacional.

O Banco Mundial influencia significativamente as parcerias público-privadas na educação infantil no país, promovendo estratégias de financiamento, incentivando a colaboração entre os setores e moldando políticas alinhadas com os padrões educacionais internacionais. Sublinha-se a importância do financiamento da educação infantil como uma prioridade para o desenvolvimento nacional, esse enfoque incentiva os formuladores de políticas brasileiras a alocar recursos para programas da primeira infância para o suposto alcance do padrão global de qualidade.

A relação entre o Banco Mundial e o governo brasileiro pode ser resumida por uma observação de Scaff (2007, p. 339), segundo o qual as “agências internacionais ancoram-se na mudança no modelo de gestão das políticas educacionais, por meio de reformas que visam transferir a lógica de gerenciamento de empresas privadas para a educação pública”. Para o Banco Mundial a educação necessita não de maiores investimentos, mas de um melhor gerenciamento dos recursos, ou seja, o dinheiro da educação deve ser investido nas áreas que darão maior retorno e menor custo-benefício.

Duarte (2005, s/p) ressalta que:

Após a aprovação da Constituição Federal de 1988, a organização da educação básica no Brasil (antigo ensino de 1º e 2º graus e mais creches e pré-escolas) passou de 26 grandes sistemas estaduais autônomos, articulados a partir da regulamentação estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases n. 4.024/1961 e na Lei n. 5.692/1971, para a possibilidade de existência de mais de cinco mil sistemas municipais além dos estaduais.

Com o encerramento da vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), observa-se uma intensificação do processo de mercantilização da educação. A Emenda Constitucional nº 53 instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), posteriormente regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Diferentemente do modelo anterior, o Fundeb ampliou seu alcance ao contemplar não apenas o Ensino Fundamental, mas também a Educação Infantil e o Ensino Médio, incluindo modalidades como a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos. Nesse contexto, o novo fundo representa um avanço em relação ao Fundef, ao mesmo tempo em que incorpora diretrizes alinhadas às recomendações do Banco Mundial, especialmente ao permitir a destinação de recursos públicos a instituições do Terceiro Setor conveniadas com o Estado para a oferta de vagas educacionais, reforçando uma lógica de mercado, sobretudo na primeira etapa da Educação Básica.

Em relação à educação infantil, esperava-se a ampliação do atendimento público com proposições educativas voltadas para a ampliação com qualidade. No entanto, com pouco recurso não fecha as contas e, os convênios com outros setores, induz a um sucateamento da infância.

Incentiva-se, assim, que a educação se vincule a iniciativas do mercado, de modo que o poder público apenas auxilie nesta oferta educacional com quantias menores do que as que seriam destinadas se o atendimento fosse realizado de forma direta (Costa, 2014). Consideramos que a mercantilização dos livros didáticos tem relação com as parcerias público-privadas e que são formas de privatização na área educacional e acatam, em sua formulação, as indicações do Banco Mundial. Por assim dizer, com a expansão do mercado dos livros didáticos, é possível perceber a passagem da educação infantil, de um serviço público e comunitário para um modelo de negócio empresarial, com motivações de lucro, fornecendo uma estrutura para o ensino e a aprendizagem que influencia no que é ensinado, como é ensinado e o que é avaliado, previamente determinado, limitando a qualidade do currículo.

Compreendemos que, nos últimos anos, o debate acerca do livro didático foi significativamente intensificado, sobretudo a partir da promulgação do Decreto nº 9.099, datado de 18 de julho de 2017, que incorporou a educação infantil ao escopo do Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Por meio do Edital PNLD-2022, que abrangeu o processo de aquisição de diversos materiais, entre os quais se destacam obras didáticas direcionadas a estudantes, docentes e gestores da educação infantil, novas repercussões e reflexões foram suscitadas no campo da Educação Infantil.

Diante do exposto, o presente estudo visa investigar como se deu o processo de expansão dos livros didáticos no Brasil, especialmente na educação infantil, e sua relação com o contexto político, cultural, econômico e pedagógico em que são produzidos.

Livros Didáticos no Brasil

Os registros acerca da trajetória histórica dos livros didáticos (LD) no Brasil apontam para o longo percurso percorrido por esse recurso pedagógico da cultura escolar. Mesmo antes da invenção da imprensa no século XV, o acesso ao material escrito era restrito a poucos estudantes, uma vez que os livros eram copiados manualmente, sendo, portanto, raros (Freitas & Rodrigues, 2009). Com o advento da imprensa, os manuais escolares começaram a ser reproduzidos em maior escala; contudo, o custo elevado das obras ainda limita significativamente seu alcance (Manguel, 1997).

De acordo com Veiga (2007), a partir da década de 1870 houve um aumento significativo na produção e circulação de materiais impressos voltados à educação, incluindo livros, cartilhas e periódicos especializados. Esse movimento ocorreu paralelamente à ampliação dos sistemas públicos de ensino e à consolidação da escolarização em larga escala, característica da chamada escola de massa (Cambi, 1995). Em um momento posterior, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a desempenhar papel central na política de provisão de materiais didáticos, especialmente por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), reconhecido como o programa mais antigo voltado à distribuição sistemática de obras didáticas para estudantes da educação pública brasileira (FNDE, 2015).

Ao longo de sua evolução, o PNLD assume diferentes denominações e enfoques no que tange aos critérios de seleção, produção e utilização dos livros didáticos. Atualmente, os processos de

seleção e aquisição desses materiais são realizados por meio de editais. As editoras submetem seus livros a uma análise conduzida por especialistas designados pela Secretaria de Educação Básica, e os materiais aprovados integram o Guia de Livros Didáticos. Com base neste guia, as escolas, em um processo democrático, escolhem os livros que melhor atendem ao seu planejamento pedagógico. São oferecidas duas opções de escolha, e, caso a primeira opção não possa ser negociada com a editora, recorre-se à segunda.

O mesmo processo de seleção e escolha não aconteceu na educação infantil. O que houve no edital de 01/2017 foi a convocação para inscrição e avaliação de obras didáticas destinadas aos professores de creches e pré-escolas. A integração recente da educação infantil ao PNLD, ainda que limitada à disponibilização de obras didáticas destinadas aos professores e não diretamente às crianças, decorre da modificação do artigo 208 da Constituição Federal. Essa mudança foi estabelecida pela Emenda Constitucional nº 59/2009, a qual determinou que os Programas Suplementares de Apoio ao Estudante, abrangendo materiais didáticos escolares, transporte, alimentação e saúde, deveriam abranger todas as etapas da educação básica.

Em 2015, como consequência da modificação do artigo 208, o Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Coordenação Geral de Educação Infantil (COEDI), reconheceu a necessidade de debater a política de livro e leitura voltada para essa etapa educacional. Nesse contexto, optou-se por materiais destinados ao apoio das práticas pedagógicas na educação infantil, como livros de literatura infantil, obras ilustradas, textos em verso e prosa, bem como materiais informativos.

Entendemos também, que, o currículo e os materiais didáticos tenham sido afetados com a mudança do ensino fundamental de 8 para 9 anos implementada no Brasil a partir da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 estabelecendo aos estados e municípios para implementar o novo formato até 2010, com a matrícula de crianças de seis anos no primeiro ano do ensino fundamental. Segundo documentos que tratam da lei, essa duração estendida visa garantir que todas as crianças recebam uma educação abrangente que as prepare para futuros desafios acadêmicos e sociais. Na educação infantil obteve crescimento de professores, todavia, houve pouca mudança nos modelos de formação de professores pré-escolares, lugar que os materiais instrucionais e processo de escolarização da educação infantil ganharam espaço.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), através da Lei nº 12.796/2013,

ao estabelecer que a educação infantil, incluindo a pré-escola (4 e 5 anos), enquanto direito fundamental e obrigatória, amplia-se o público infantil da faixa etária atendida, tornam-se o maior alvo na primeira etapa da Educação Básica para a elaboração de materiais instrucionais, com ênfase na alfabetização e matemática.

Leis, documentos e dispositivos curriculares tendem a consolidar interesses ideológicos de mercado. A Base Nacional Comum Curricular é um referencial teórico, normativo, sobretudo, propício ao marketing a partir de um currículo prescritivo para a educação infantil, que ajudou a alavancar a produção e comercialização dos livros didáticos na primeira infância. Para Rosa & Ferreira (2018), na terceira versão, o Movimento pela Base passou a administrar e gerenciar os debates acerca do currículo, surgiram as Competências Gerais e o discurso empresarial evidenciou-se na Base. Um modelo gerencialista da educação passou a ser implementado e lançou-se o projeto de subjetivação dos estudantes e dos professores aos ideais mercadológicos.

Os documentos oficiais que regem a educação brasileira, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os processos subsequentes de seleção de livros didáticos, são marcados por uma interseção complexa de interesses. A ênfase nos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, ao estabelecer parâmetros claros e mensuráveis para o controle das práticas pedagógicas, reforça uma perspectiva que incide sobre as subjetividades das crianças e sobre as dinâmicas das instituições escolares. A construção do documento contou com a participação de diferentes atores, muitos deles oriundos de setores externos ao campo educacional, incluindo empresas editoriais e representantes da iniciativa privada. Tal influência revela interesses econômicos no mercado de livros didáticos, que se configuram como instrumentos estratégicos para a implementação das políticas curriculares.

Dada a expansão dos livros didáticos nas salas da educação infantil nesses últimos anos, por todo o Brasil, a BNCC influenciou significativamente a produção de materiais educativos, como foi com o Programa de PNLD-2022, padronizando o conteúdo curricular, alinhando-se às tendências educacionais globais e promovendo abordagens de educação orientadas para o mercado.

A inclusão dos livros didáticos na etapa da educação infantil, conforme discutido por Mônica Baptista (2021), apresenta desafios que demandam cuidadosa reflexão à luz dos fundamentos pedagógicos. Tais materiais, quando organizados sob estruturas rígidas e dirigidas, tendem a desconsiderar os pressupostos fundamentais das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

Infantil (DCNEI), que enfatizam a singularidade da criança e seu protagonismo na construção dos saberes. Ao tratar do processo de seleção e escolha PNLD-2022, comenta que a utilização de livros didáticos nessa fase pode limitar as práticas educativas ao sobrevalorizar objetivos acadêmicos formalizados, em detrimento de experiências lúdicas, sociais e culturais. Reduzir as interações e o brincar a ferramentas instrucionais limita a sua dimensão imprevisível e transformadora. Por essa perspectiva, a adoção de livros didáticos na educação infantil, tal como articulado no PNLD-2022, necessita de um olhar crítico, pois a adesão sem ressalvas pode restringir a criação de espaços e tempos ricos em interações sociais, brincadeiras espontâneas e significados compartilhados.

Todo esse processo de relação entre cultura, economia e Estado, reflete interesses ideológicos que influenciam a produção, distribuição e os saberes do currículo escolar, conectando política, economia e educação. Dentre diversos autores, destaca-se Apple (1995, p. 81-82), que examina o processo editorial e de consumo, evidenciando como esse objeto se converte em uma mercadoria elaborada, comercializada, distribuída e consumida.

[...] são os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países através do mundo e considerando que são os textos destes livros que frequentemente definem qual é a cultura legítima a ser transmitida [...].

Essas relações evidenciam como diferentes interesses e forças sociais convergem para influenciar tanto os aspectos materiais quanto os simbólicos desse objeto, inserindo-o em um contexto ideológico e mercadológico que ultrapassa sua função pedagógica.

Livros Didáticos na Educação Infantil: Impactos e Desafios

Por muito tempo perduraram concepções em que as crianças eram vistas como seres incompletos e incapazes. Os livros didáticos que buscam escolarizar a educação infantil, corroboram com essa ideia de criança, não pelo que ela é, mas o que poderá vir a ser, a partir de saberes controlados para atender as demandas da vida adulta. O currículo interessante tem a centralidade na criança e seu cotidiano, estas são sujeitos protagonistas da sua história, que (re)constroem sua realidade, que agem e interferem no mundo que a pouco tempo acabaram de chegar.

Os livros didáticos, sobretudo os dedicados à educação infantil, são comércio lucrativo e não se importam com a qualidade. O mercado do livro didático aqueceu em 2022, no período do PNLD para educação infantil, cresceu 43% (Garcia & Melo, 2024). De acordo com o SIMEC (2022), foram atendidas 106.433 escolas de Educação Infantil, o que representa escolas aptas a participar da escolha.

Garcia & Melo (2024) destacam que além dos livros didáticos para Educação infantil em 2022, pelo governo Bolsonaro, o PNLD passou a fornecer também materiais pedagógicos direcionados à Educação Infantil, reconhecendo-a como uma etapa essencial para o desenvolvimento da alfabetização dos alunos. Os livros didáticos para Educação Infantil recorrem aos padrões pedagógicos, já superados, de concepção de etapa preparatória para a alfabetização, o que significa um retrocesso para concepção tanto de educação, quanto de criança (Muniz, 2024).

Prout (2010) argumenta que a infância, longe de se configurar como uma categoria estável e imutável, é caracterizada por sua natureza híbrida, moldada pela interação de artefatos humanos e não humanos, bem como por elementos discursivos e coletivos que colaboram para sua definição. O autor reforça que a infância consiste em uma multiplicidade de "naturezas-culturas", constituindo um conjunto diversificado de híbridos complexos, formados por distintos materiais ao longo do tempo. Trata-se de uma categoria simultaneamente cultural, biológica, social, histórica, material, entre outras dimensões (2005). Sob essa perspectiva, é inadequado adotar receitas didáticas padronizadas como estratégias universais para alcançar êxito educacional na infância, sendo essencial considerar sua singularidade e complexidade em abordagens pedagógicas mais efetivas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) trazem um conjunto de práticas que buscam a articulação entre as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral das crianças. Nesse documento, a criança é considerada um:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2010, p. 12).

As práticas e as concepções acerca da infância e da criança que adotamos não são, de forma alguma, desprovidas de intencionalidade; ao contrário, estão profundamente imersas nas características históricas, culturais e sociais de sua época. Como também há, por detrás dos livros didáticos, interesses ideológicos na sua utilização como um modelo receituário na educação infantil, revelando uma abordagem reducionista e inadequada. Essa prática pode cristalizar uma visão limitada e padronizada da infância, negligenciando a multiplicidade de experiências, contextos e necessidades das crianças. É imprescindível transcender a utilização dos livros didáticos como meros guias prescritos, adotando abordagens pedagógicas que valorizem a diversidade, a criatividade, a interação e brincadeiras. É muito comum os livros didático serem marcados por uma concepção de preparação e antecipação para a próxima etapa, o que está na contramão no que defende as DCNEI, cujo o documento afirma que:

Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental. (Brasil, 2010, p.30).

Em um estudo realizado por Barbosa et al. (2018) analisaram três coleções brasileiras de livros didáticos para educação infantil destinadas às crianças de três a cinco anos e 11 meses, visando compreender como a brincadeira e as interações, eixo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução n. 5, 2009), estavam contempladas no material didático. Verificou-se que a brincadeira e, em menor proporção, as interações, apesar de estarem presentes no material didático, aparecem apenas em atividades dirigidas, visando ao ensino de conteúdos estritos e não experiências contextualizadas, complexas, lúdicas, interativas e cognitivas. As autoras consideraram que as brincadeiras e as interações, no modo como são contempladas nos livros didáticos, assumem sentido restrito e empobrecido, não se constituindo como eixos das coleções e distanciando-se do que legitimam as proposições das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. O uso do livro didático na educação infantil, quando fundamentado na antecipação de aprendizagens acadêmicas, revela uma abordagem problemática que desconsidera as especificidades dessa etapa do desenvolvimento infantil. O foco na aquisição precoce de conteúdos acadêmicos ignora a riqueza do aprendizado construído a partir das experiências concretas, das interações sociais espontâneas e das

práticas lúdicas que são essenciais para o desenvolvimento holístico das crianças.

Como as brincadeiras e interações são eixos estruturantes de todo o trabalho educativo na educação infantil, pautado em documentos oficiais como nas DCNEI (2009) e BNCC (2018), cita-se na apresentação e fundamentos das coleções de livros didáticos que atendem aos preceitos da normatividade indicadas e exigências sociais. É comum adotar as brincadeiras e interações com um propósito meramente didático, subordinando-as ao ensino de conteúdos e transformando o livro didático no principal suporte para o registro materializado do que supostamente se ensina. Desse modo, denota uma visão utilitária que reduz a infância a um período preparatório para o ensino formal. Essa prática não apenas limita as possibilidades das crianças de explorar e ampliar seus repertórios culturais e sociais, mas também enfraquece a dimensão criativa e investigativa que caracteriza seu desenvolvimento.

Além disso, a estrutura dirigida e mecanicista imposta pelo livro didático pode restringir a autonomia dos educadores na elaboração de práticas pedagógicas mais dinâmicas e contextualizadas, que respeitem as singularidades de cada grupo. Num material como o livro didático, que já vem pronto e conduz o pensamento para um único caminho, limitam que a criança interaja e brinque na vida em sua complexidade como ela se apresenta. É imprescindível questionar essas práticas e buscar alternativas que promovam um currículo mais aberto, que valorize as múltiplas formas de expressão e aprendizagem respeitando os direitos das crianças.

2. Material e Métodos

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com foco na análise bibliográfica e documental, visando compreender os processos históricos, políticos, econômicos e pedagógicos que influenciam a expansão dos livros didáticos na educação infantil brasileira. A pesquisa foi desenvolvida a partir da leitura crítica e interpretativa de fontes acadêmicas, legislações educacionais, documentos oficiais e produções teóricas que abordam a mercantilização da educação, especialmente no contexto da primeira infância.

A seleção dos materiais considerou obras que discutem a atuação de organismos internacionais, como o Banco Mundial, na formulação de políticas públicas educacionais, bem

como textos que analisam os impactos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) na padronização curricular e na comercialização de materiais didáticos. Foram incluídos estudos que problematizam a relação entre os interesses econômicos e a construção de subjetividades infantis por meio do uso de livros didáticos.

A análise dos dados seguiu uma perspectiva crítica, fundamentada em autores como Apple (1995), Larrosa (2001), Prout (2010) e Muniz (2024), permitindo identificar os discursos que sustentam a lógica mercadológica na educação infantil. A triangulação entre os documentos oficiais, as produções acadêmicas e os dados estatísticos fornecidos por órgãos como o SIMEC contribuiu para a construção de uma compreensão ampla e contextualizada do fenômeno investigado.

3. Resultados

As estratégias de descentralização dos processos públicos na área educacional têm promovido, progressivamente, uma lógica de “mais mercado, menos Estado”. Por meio dessas iniciativas, o Estado contribui para que o mercado amplie seus lucros e fortaleça sua capacidade de decisão. A expansão da comercialização dos livros didáticos na educação infantil representa uma problemática significativa, pois também impacta em atividades lucrativas, que são fundamentais para sustentar e impulsionar as bases e estratégias do sistema capitalista.

A seleção de livros didáticos para a educação infantil por uma lógica de homogeneização dos conteúdos e práticas pedagógicas, embora vista como meio de garantir equidade e padronização, muitas vezes mascara interesses comerciais. Um mercado lucrativo para editoras e produtores de materiais didáticos que exerce influência na construção das subjetividades infantis, orientando os processos educativos para finalidades alinhadas a demandas externas, muitas vezes desconectadas das reais necessidades das crianças e dos contextos escolares. Os documentos oficiais são atravessados por dinâmicas ideológicas e econômicas que influenciam suas diretrizes e sua implementação.

Atualmente, há uma ampla disponibilidade de coleções de livros didáticos voltadas especificamente para crianças pequenas, publicadas e acessíveis em livrarias distribuídas por todo o território brasileiro. A crescente adoção dessas coleções por instituições de ensino infantil,

principalmente da rede privada, evidencia o significativo alcance comercial desse material, uma vez que sua aquisição é frequentemente realizada pelas famílias, atendendo às solicitações das escolas. Esse movimento reforça o protagonismo do livro didático enquanto produto com forte inserção no mercado educacional.

As relações entre cultura, economia e Estado exercem influência decisiva sobre o processo de comercialização e consumo do livro didático. O Estado, em especial, desempenha o papel de regulador ao estabelecer programas de seleção e avaliação dessas obras, determinando os conteúdos e os tipos de conhecimento que serão ensinados. Essa dinâmica revela a existência de interesses ideológicos que orientam não apenas a produção e distribuição dos livros, mas também a definição de saberes que permeiam o currículo escolar, reforçando a conexão entre as esferas política, econômica e educacional nesse contexto. Como já dito, o capitalismo global influencia a autoridade educativa e o discurso.

O uso inadequado do livro didático na educação infantil pode ocasionar impactos sobre aspectos essenciais do processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil, restringindo o horizonte experiencial das crianças. Faz-se necessário, expandir as discussões para outras dimensões, explorando as concepções de infância e criança, assim como a configuração de espaços que privilegiam as interações e as brincadeiras, a partir de um “arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (Brasil, 2018, p. 38).

O uso do livro didático na educação infantil, quando baseado em propostas predefinidas, evidencia suas limitações ao negligenciar os princípios fundamentais que orientam a primeira etapa da Educação Básica, conforme apontado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). A concepção de brincadeiras e interações quando reduzidas a ferramentas didáticas, voltadas exclusivamente para cumprir objetivos prescritos, desrespeita os direitos da criança.

Ao relegar o brincar desprovida de sua riqueza enquanto experiência cultural, humana e lúdica, e ao condicionar as interações a construções rígidas e descontextualizadas, o material didático limita o potencial de aprendizagens e de vivências imagéticas próprias do universo infantil.

A experiência é o que nos faz sujeitos, pois é na experiência que esse sujeito se manifesta, não podendo ser confundido com a própria experiência, nos evoca a pensar que a experiência é o que

nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca (Larrosa, 2001). Muniz (2024. p. 12) ressalta, “a educação é construída a partir das vivências dos sujeitos, o que vai nos possibilitar gerar sentidos e significados, percebe a necessidade de se pensar em uma escola mais rica em experiência”. Já para Larrosa (2001), a infância é algo que já conhecemos e foi apoderada pelos nossos saberes, podemos explicar e, sobretudo, intervir nessa construção. O que ele propõe é questioná-la e nos questionarmos, considerando o que ainda não sabemos dela, o que ainda nos escapa.

Um material didático pré concebido induz, em nosso entendimento, uma prática pedagógica que desrespeita a experiência da criança. Para Agambem (2014) não é algo que é dado. Quando for dado a fazer é uma destruição da experiência, tornando-a maçante, banal, atroz e insuportável para os pequenos. A experiência segundo o autor passa pelo extraordinário e pelo exótico, contra ao que é familiar e ao comum. O livro didático na educação infantil aprisiona a criança e homogeneiza as infâncias, além do investimento em algo desnecessário, em nossa análise. Conclui-se que, iniciativas como o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD e sua relação com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, promove a padronização curricular, alinhando-se a interesses ideológicos e comerciais. A inclusão de livros didáticos na educação infantil, apontam para práticas que podem limitar o desenvolvimento integral das crianças ao priorizar objetivos acadêmicos em detrimento de experiências cotidianas lúdicas e interativas. É fundamental repensar o uso desses materiais nessa etapa educacional, tendo em vista a riqueza do aprendizado construído a partir das experiências concretas, das interações sociais espontâneas que são essenciais para as experiências das crianças.

4. Discussão

A expansão dos livros didáticos na educação infantil brasileira revela um cenário complexo, marcado por tensões entre interesses pedagógicos, econômicos e ideológicos. Os resultados obtidos indicam que a inserção desses materiais, especialmente após o PNLD-2022, não se deu de forma neutra ou exclusivamente técnica, mas sim como parte de um movimento de padronização curricular alinhado a lógicas mercadológicas. Essa constatação dialoga com Apple (1995), ao afirmar que os livros didáticos são produtos culturais que definem o que é considerado conhecimento legítimo, sendo elaborados e consumidos dentro de uma estrutura

de mercado.

A análise também evidencia que a adoção de livros didáticos na primeira infância pode comprometer os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), ao reduzir o brincar e as interações a ferramentas instrucionais. Estudos como os de Barbosa et all. (2018) reforçam essa crítica ao apontar que as brincadeiras, quando presentes nos materiais, são frequentemente dirigidas e empobrecidas, distantes das experiências lúdicas e espontâneas que caracterizam o universo infantil.

Autores como Prout (2010) e Larrosa (2001) contribuem para ampliar a compreensão da infância como uma categoria híbrida e experiencial, cuja riqueza não pode ser capturada por modelos pedagógicos rígidos e padronizados. A proposta de Muniz (2024), ao destacar a importância das vivências na construção do conhecimento, reforça a necessidade de práticas educativas que respeitem a singularidade das crianças e promovam espaços de aprendizagem significativos.

A presença de interesses econômicos, como os apontados por Garcia & Melo (2024), que identificam o crescimento de 43% no mercado editorial durante o PNLD-2022, levanta hipóteses sobre a influência do setor privado na definição das políticas públicas educacionais. A atuação do Banco Mundial, conforme discutido por Scaff (2007) e Costa (2014), também se insere nesse debate, ao promover modelos gerencialistas e parcerias público-privadas que transformam a educação em nicho de mercado.

Diante desses elementos, é possível afirmar que os resultados obtidos não apenas sustentam a hipótese de mercantilização da educação infantil, mas também apontam para a necessidade de revisão crítica das políticas de materiais didáticos.

Referências

Agambem, G. (2014). **Infâncias e História. Destruição da experiência e origem da história**. Minas Gerais: Editora UFMG.

Baptista, Mônica C. (2021). Livro didático na Educação Infantil. Apontamentos quanto ao risco de adesão ao PNLD-2022. In: MIEIB. Mediação por Sandro Vinicius Sales dos Santos, 06 ago. 1 vídeo (2h:48min). [Live]. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UH3iLYydtw8&t=6376s> . Acesso em: 21 abr. 2025.

Apple, M. W. (1995). Cultura e comércio do livro didático. In: APPLE, M. W. (Org.). **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas. p. 81-105.

Barbosa, Maria Carmen Silveira; Gobbato, Carolina; Boito, Crislane. (2018). As brincadeiras e as interações nos livros didáticos para educação infantil. **Acta Scientiarum. Education**, v. 40, n. 2, mar. Editora da Universidade Estadual de Maringá (Eduem). ISSN 2178-5201.
<https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i2.31474>. Acesso em: 19 abr. 2025.

Brasil. **Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017**. Inclui a educação infantil no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2025.

Brasil. **Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009**. Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 20 abr. 2025.

Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18.

Brasil. Ministério da Educação. **Edital de Convocação 04/2014 – CGPLI**. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático do Campo – PNLD Campo 2016. Brasília, DF: Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

Brasil. Ministério da Educação. **Edital de Convocação 01/2017 – CGPLI**. Edital de Convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD 2019. Brasília, DF: Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017.

Brasil. Ministério da Educação. **Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec)**. Brasília: MEC, SEB, 2022. Disponível em: https://simec.mec.gov.br/livros/publico/index_acompanhamento.php. Acesso em: 05 mai. 2025.

Brasil. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. **Institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério**. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de dezembro de 1996.

Brasil. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. **Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-

[2006/2006/Lei/L11274.htm](https://doi.org/10.22479/texturav19n2p94_110). Acesso em: 22 abr. 2025.

Brasil. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB**, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: <http://abrelivros.publier.com.br/abrelivros/dados/anexos/4235.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

Brasil. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 abr. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em: 21 abr. 2025.

Brasil. Ministério da Educação. (2018). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília.

Cambi, Franco. (1995). **Storia della pedagogia**. Roma: Laterza.

Costa, Beatriz Aparecida da. (2014). Banco Mundial, políticas públicas e atendimento educacional à primeira infância no Brasil. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 35, p. 141-156. <https://doi.org/10.5585/eccos.n35.4652> Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/4652>. Acesso em: 18 abr. 2025.

Freitas, Neli. K.& Rodrigues, Melissa. H. (2009). **O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/1808312903052008300>. Acesso em: 20 abr. 2025.

Duarte; M. Ribeiro Teixeira. (2005). Regulação sistêmica e política de financiamento da educação básica. **Educ. Soc.** 26 (92). Out. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000300006>. Acesso em: 23 abr. 2025.

Garcia, Aline Loretto & Melo, Adriana Almeida Sales de. (2024). Dinâmica do investimento governamental no Programa Nacional do Livro Didático. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, v. 14, n. 25. Disponível em: <https://doi.org/10.22491/2236-5907140374>. Acesso em: 05 mai. 2025.

Larrosa, Jorge. (2001). **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas**. 4ª ed. Belo Horizonte; Autêntica. 208 p.

Manguel, Alberto. (1997). **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras.

Muniz, Maria Simone. (2024). **O Livro Didático na Pré-Escola**. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale de Itajaí, UNIVALI, Itajaí, 2024.

Prout, Alan. (2005). **The future of childhood: towards the interdisciplinary study of children**. London/New York: Routledge Falmer. 184 p.

Prout, Alan. (2010). Reconsiderando a nova sociologia da infância. **Cadernos de pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 729-750, set./dez. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/86463c9grYmgkkL6NNV4wxD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2025.

Scaff, Elisângela. (2007). Cooperação internacional para o planejamento da educação brasileira: Aspectos teóricos e históricos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília. V. 88, n. 219. Disponível em: DOI: [10.24109/2176-6681.rbep.88i219.751](https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.88i219.751). Acesso em: 05 mai. 2025.

Rosa, Luciane Oliveira da; Ferreira, Valéria Silva. (2018). A rede do movimento pela base e sua influência na Base Nacional Comum Curricular brasileira. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 21, n. 2, p. 115-130. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/tpe.v21i2.45391>. Acesso em: 21 abr. 2025.

Veiga, C. G. (2007). **História da educação**. São Paulo: Ática.